



Paulo Marcos está à frente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) e tem sido um dos rostos das negociações com o sistema financeiro para aumentos salariais no setor e não só. Elogia os bancários por estarem na linha da frente e dá cartão vermelho aos bancos que aproveitam esta fase de pandemia para levar a cabo processos de reestruturação.

Paulo Marcos.

“A nomeação do governador do BdP devia ter um maior grau de escrutínio”

SÓNIA PERES PINTO

sonia.pinto@ionline.pt

MAFALDA GOMES (Fotografia)

mafalda.gomes@ionline.pt

Ainda esta semana, Paulo Marcos condenou o processo de reestruturação do Banco Montepio que vai levar ao encerramento de 31 balcões. No seu entender, não é correto as instituições financeiras aproveitarem esta fase da pandemia para reestruturarem a sua atividade, lembrando que a grande maioria dos bancários passou por uma espécie de “terramoto”, tendo deixado de conseguir distinguir entre a vida profissional e a vida pessoal. Uma fatura que será paga a médio e a longo prazo. Em relação aos pedidos de moratórias, o presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) estava à espera desta corrida, mas garante que isso não irá causar impacto nos resultados dos bancos, uma vez que estes créditos continuam a produzir juros e não vão causar perdas de capital. O responsável tem ainda uma palavra a dizer em relação à ida de Mário Centeno para o Banco de Portugal, considerando que devia haver um concurso público e internacional para “tirar as teimas” se é ou não o mais competente para esse cargo.

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários fez agora um inquérito e concluiu que a pandemia causou um “terramoto” na vida dos bancários. O que se passou?

Fizemos um inquérito aos nossos associados, uma vez que os bancários pela natureza do serviço que prestam no serviço público estiveram sempre na linha da frente – embora, por vezes, sem o reconhecimento devido, já que grande parte dos bancários esteve presente nos seus locais de atendimento, com as condições sanitárias que foram melhorando ao longo do tempo, apesar de uma parte muito significativa ter ficado em teletrabalho. O sindicato há quase três anos que tem vindo a insistir na contratação coletiva para que estas matérias do teletrabalho mereçam atenção regulamentar e, por isso, resolvemos agora fazer um inquérito para perceber em que é que se podia traduzir aquilo que nos estava a chegar. Sentíamos que havia uma complexidade nova e resolvemos colocar isto numa matriz. A maioria dos bancários diz que houve alterações profundas, no que diz respeito ao espaço físico de trabalho. E aqui surgem questões como os

desafios de trabalhar a partir de casa, em teletrabalho, a conciliação e também temas como o mobiliário, secretárias, mesas e iluminação. Uma outra parte significativa veio dizer que se tornaram mais difíceis as diferenças entre a vida profissional e a vida pessoal, que foram grandemente esbatidas. Passou a existir uma jornada descontínua. E a grande maioria dos trabalhadores bancários veio dizer que têm ou tiveram mais trabalho durante a fase mais evolutiva da pandemia. E quer os que estão em funções de atendimento – a preparar e a montar as moratórias – quer os que estiveram em teletrabalho, na maior parte dos profissionais registou um acréscimo da jornada de trabalho. Isso era um ponto a ressaltar, ao contrário do que muitos possam pensar.

A maior parte dos trabalhadores em teletrabalho queixa-se de não

“Há uma parte significativa de pessoas que se sente mais cansada e mais desgastada do ponto de vista psíquico”

“Temos de assegurar que não estamos a reinstalar sem querer, por omissão legislativa, um esquema de escravatura moderna”

“Mais de 90% dos balcões estiveram sempre abertos”

conseguem separar a hora de trabalho da hora de lazer...

Sim. O facto de não haver uma experiência, um treino prévio ou uma formação prévia fez com que muita gente empenhada, séria e conscienciosa acabasse por trabalhar mais horas. Poupar tempo de deslocação, esse passou a ser também tempo de trabalho. Não raros os dias, as jornadas começavam às 8h da manhã e prolongavam-se até às 20h, 21h, 22h ou 23h. É um novo normal que não é nada salutar. E como consequência disto – do confinamento, da perda de contacto social, da impreparação dos espaços familiares para acolherem um espaço de escritório, pela dificuldade de conciliar isto com as reuniões familiares –, houve filhos que ficaram privados de ir à escola e isso causa quer um stress físico quer mental. Há uma parte signi-

ficativa de pessoas que se sente mais cansada e mais desgastada do ponto de vista psíquico. E este ponto também é bastante importante.

E é uma fatura que se vai pagar caro mais cedo ou mais tarde...

Em linhas gerais, isto trouxe para os trabalhadores sujeitos à linha da frente, mas também para os bancários dos balcões, um stress adicional, um medo, mas também ao mesmo tempo uma ansiedade. No entanto, sentiram que estavam a fazer algo relevante. E isso nota-se muito. As pessoas sentiram que o seu trabalho fazia a diferença e esse é um dos aspetos positivos. Nos aspetos negativos, o ritmo de trabalho intensificou-se. Este esbatimento das fronteiras familiares e profissionais não será uma coisa nada boa a médio e a longo prazo. A regulamentação portuguesa do Código de Trabalho tem uma breve menção ao teletrabalho. Em linhas

muito genéricas, imaginando que um regime misto de trabalho presencial e em teletrabalho nas profissões de natureza mais conceptual e técnica pode ser um novo normal, isto fica sob risco de termos aqui um novo exército de explorados, trabalhando horas sem fim e sem destriça entre os tempos de pausa, de descanso e de trabalho. Temos de assegurar de que

não estamos a reinstalar sem querer, por omissão legislativa, um esquema de escravatura moderna.

Se nada for feito ou se não forem postos esses limites, caminha-se para isso?

É um risco que está muito presente.

Mas os bancos, na sua maioria, estiveram sempre abertos. Foi uma atividade que nunca fechou portas...

Os balcões estiveram sempre abertos, com algumas dificuldades no início, de adaptação, de educação dos clientes, de tentar dosear a entrada e o atendimento dos clientes. E isso claramente causou um esforço brutal de adaptação. Mas os bancos e os bancários estiveram sempre presentes e sempre a prestar serviços bancários, tais como os trabalhadores de supermercado, dos transportes públicos e os médicos. Há um conjunto

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, o processo de seleção devia ser idêntico ao que é feito na escolha de reitores.

de profissões, normalmente não muito recordadas, mas que nestas alturas são absolutamente críticas. Não se coloca aqui a questão de serem heróis ou não serem, mas há um conjunto de verdadeiras tarefas de serviço público. E os bancários também o fizeram. Sempre na linha da frente, sempre com os bancos abertos. Pontualmente um balcão ou outro fechou para operações de desinfeção ou porque houve um surto. Mas poucos dias depois reabriram. Diria que mais de 90% dos balcões estiveram sempre abertos e estão abertos ininterruptamente. Acho que isso é um fator altamente positivo. E ajudou a que a economia continuasse a funcionar. Mas cerca de 70% dos trabalhadores bancários ficaram em teletrabalho – aqueles que estavam mais ligados às funções de serviços centrais, entre outros. E esses também colocaram estas dificuldades, tal como os colegas nos balcões. Esses tinham de gerir filhos que estavam em casa com aulas, com a necessidade de manter o balcão aberto e atender os clientes. Por vezes, os clientes, ao início, não respeitavam as regras sanitárias básicas e houve aqui todo um esforço de adaptação e de educação que foi altamente stressante.

No rescaldo dos estados de emergência, há bancos que já estão a anunciar reestruturações de balcões. Um deles até foi o Montepio. Esse é o caminho que vai ser seguido pela banca?

Esta pandemia abriu um conjunto de ameaças, mas também de oportunidades. A primeira coisa, eu diria, é a uma dimensão ética. E a dimensão ética é que nos causa muito desconforto, porque podem existir equipas de gestão pouco éticas e muito incompetentes que queiram aproveitar deste período de pandemia e este estado de calamidade em que todo o cuidado é pouco. E onde os trabalhadores, neste caso os bancários, mostraram empenho e profissionalismo. Esta era a altura em que deviam receber um abraço. Deviam receber, se calhar, um aplauso. Em que deviam ver as suas condições remuneratórias compensadas. Onde deviam ter um subsídio de risco, por nunca terem virado a cara à luta. A nós causa-nos imenso desconforto que possa existir quem pense que é precisamente numa fase de pandemia – onde os temas sanitários, de saúde pública e também de manter a economia a funcionar são primordiais – que possa haver quem

continua na página seguinte >>

» continuação da página anterior

faça reestruturações sem ouvir os parceiros sociais e os principais interessados. Depois também podemos ter uma dimensão de competência ou incompetência profissional. Porque se há coisa que os bancos portugueses têm é, por um lado, uma força de trabalho muito qualificada e barata à escala europeia – a base operativa dos bancos portugueses ou os custos operativos são mais baixos do que em França, Dinamarca, Itália. Se calhar só perdemos para os bancos espanhóis. Portanto, temos custos operativos mais baixos e temos excelentes bancários, muito competentes, que prestaram um verdadeiro serviço público. Acho que isso é um ponto de partida. Também vejo outros aspetos positivos, como por exemplo a taxa de poupança, que estava pelas ruas da amargura e as poupanças das famílias próximas de zero. Agora é natural um movimento de retração. A taxa de poupança irá aumentar. Isso permitirá, num futuro próximo, canalizar mais recursos para a economia e para o investimento. Nem tudo são más notícias. Os bancos portugueses e a banca genericamente falando, em todo o mundo, são muito influenciados pelo estado geral da economia. Ainda é relativamente cedo para fazer grandes previsões para os próximos dois ou três anos. Há um foco assimétrico e espera-se que a recuperação também seja rápida. Há imensos desafios pela frente, mas parece-me que também já ultrapassámos alguns, assim como ultrapassámos esta primeira fase de emergência sanitária, mantendo os bancos abertos e os serviços a funcionar. E também o multibanco, a MB Way, a compensação de cheques. Tudo funcionou naturalmente e poderia não ter acontecido. Em outros países, o nível de resiliência não foi tão alto. Era o tempo de unir e construir para o futuro em conjunto. Parece-me perfeitamente desconcertante tentar fazer isto à socapa.

Acha que estamos a assistir a uma espécie de déjà vu do período da troika? Com os bancos a tentarem reduzir a sua estrutura?

Acho que temos duas linhas que são muito claras. Por um lado, uma linha de uma dimensão ética. Por vezes, há coisas que têm de se fazer, mas convém envolver toda a gente, os motivos serem claros e a solução ser encontrada em consenso. Não me parece que soluções unilaterais resolvam alguma coisa. E depois temos um tema de competência. Equipas pou-

co preparadas, menos experientes e menos competentes tendem a cometer mais erros. A profissão bancária, como a jornalística ou de arquitetura, é uma profissão muito especializada. Requer vários anos de treino, com complexidade crescente. O que nos causa estupefação é que para construir uma ponte vamos querer um arquiteto ou um engenheiro, de preferência com experiência. Para gerir um banco, tem de ser o mesmo critério. Nalguns casos, verificamos que há pouca experiência instalada e isso pode produzir decisões pouco maduras. Mas obviamente que a pandemia pode ter acelerado uma transição digital que vai requerer mais competências num lado e se calhar menos noutra. Mas também há um mar de oportunidades, porque normalmente os pioneiros não são os que sucedem. Incorrem em cursos de investigação e desenvolvimento. Há claramente uma oportunidade de haver uma segunda vaga para as produções financeiras portuguesas aproveitarem algum benefício e poderem expandir o seu leque de negócios. E, com isso, podem alcançar mais e melhor. Não me parece que a digitalização seja má *per se*, porque há empresas portuguesas que conseguiram galgar fronteiras e ganhar quota de mercado. Por exemplo, 45% do PIB é exportação, quando há cerca de dez anos eram cerca de 30%. Mas ainda é demasiado cedo para fazer um balanço. **Nos últimos anos fala-se muito deste caminho de reestruturação e redimensionamento. Acha que os bancos têm margem para reduzir ainda mais balcões e despedir mais pessoas, sem pôr em causa a própria cobertura?** O mundo empresarial, como a socieda-

“Esta pandemia abriu um conjunto de ameaças aos bancos, mas também de oportunidades”

“Cerca de 50% das empresas portuguesas não preenchem os requisitos para aceder à moratória legal”

Para Paulo Marcos, os bancários deveriam receber “um abraço, se calhar, um aplauso” e “ver as suas condições remuneratórias compensadas”. Mas, em sentido contrário, há bancos que aproveitam a pandemia para fazer reestruturações sem ouvir os parceiros sociais e os principais interessados

de em geral, é feito por aqueles que acham que chegaram ao fim da linha e que é preciso deitar a toalha ao chão – e que só estão a discutir a velocidade com que deitam a toalha ao chão – como também por aqueles que veem na toalha um mar de oportunidades. Em 2019, por exemplo, alguns bancos continuaram nos movimentos de redução e outros bancos começaram a contratar. Se reparar, pela primeira vez desde 2013, o ano de 2019 registou um aumento do número de bancários a trabalhar em Portugal. Portanto, há bancos que encontram oportunidades em Portugal para prestarem serviços. A partir de Portugal para o resto do mundo, enquanto outros não encontram essas oportunidades. Parece-me que é redutor dizer que vamos continuar num caminho [de cortes de postos de trabalho], porque esse caminho já tinha sido invertido em 2019. Parece que a qualificação dos bancários portugueses, tendo em conta a sua apetência tecnológica, etc., permitiu que vários bancos europeus encontrassem em Portugal um centro de excelência e de prestação de serviços partilhados para várias unidades da Europa e do mundo. E se calhar esse é um dos caminhos que temos de seguir.

Os bancos já apresentaram os resultados do primeiro trimestre e mostram uma queda em relação aos períodos homólogos. Já era previsível? Acho que era previsível. Claramente já há alterações da economia portuguesa. Também há medidas muito positivas que eram estabelecidas pelo Governo e também aquelas recomendadas pela Comissão Europeia. No fundo, aquilo que tinha sido feito pelo Governo italiano, que permite a empresas e famílias receberem moratórias. Permite, por isso, adiar este problema quanto possível até que a economia recupere. Obviamente que tudo indicia que o crédito malparado vai aumentar no final deste ano e no início do próximo. A dimensão e a magnitude ainda não sabemos. Mas também diria, em linhas muito gerais, que os bancos em Portugal estão, com uma ou outra notável exceção, bastante bem capitalizados, com níveis de realidades dos anos anteriores muito satisfatórios, bases de capital muito sólidas e tudo configura que vão resistir razoavelmente bem a uma possível onda de incumprimento. Em 2010, não era óbvio. Hoje os rácios de capital são muito robustos. Mas também são um perigo, porque alguns podem ver nos rácios de capital uma oportuni-

dade não para aumentar e para acomodar perdas de imparidades mas sim para fazer processos de reestruturação que sejam assimétricos para os colaboradores. Vamos estar vigilantes, porque não pode ser usado para despedir trabalhadores. Essa é também a nossa precaução, porque pode haver esta tentação pouco correta de procederem a reestruturações violentas.

Os bancos preparam-se para apresentar os resultados do segundo trimestre. Acredita que os dados vão ser mais desanimadores?

Essa é uma pergunta boa para fazer aos banqueiros. Os créditos da moratória continuam a produzir juros e não vão causar perdas de capital. Provavelmente isso acontece, mas não me parece que seja com a magnitude que pudesse existir. Tenho dúvidas de que o efeito seja tão desastroso como alguns querem fazer crer. É muito cedo.

E estava à espera desta corrida às moratórias?

Estava.

Porque têm a garantia do Estado?

Há várias dimensões. Uma coisa que os bancos fizeram bem e que é serviço públi-





co é que, se numa primeira fase, as moratórias públicas eram muito limitadas – destinavam-se apenas a certos setores, entre outros critérios –, a Associação Portuguesa de Bancos teve a capacidade de ir um pouco mais além e de criar aqui regras para irem ao encontro da maior parte dos casos. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa que acho absolutamente crí-

“Pela primeira vez desde 2013, o ano de 2019 registou um aumento do número de bancários a trabalhar em Portugal”

“Tudo indicia que o crédito malparado vai aumentar no final deste ano e no início do próximo”

tica. Cerca de 50% das empresas portuguesas não preenchem os requisitos para aceder à moratória legal. E esses 50%, nomeadamente são micro e pequenas empresas. E não preenchem os requisitos porque estes são muito exigentes. Basta para isso, ter tido um acidente ou um incumprimento, mas ainda assim, estas empresas continuam a trabalhar e a empregar. Empregam centenas de milhares de pessoas. Uma em cada duas empresas que vemos nas nossas ruas – lojas abertas, restaurantes, cafés – mostram não ter condições para receber esta moratória legal. Para nós, é um tema absolutamente crítico. Podemos estar aqui a causar uma devastação no emprego e no setor empresarial. Não sei se têm isso devidamente acautelado. Depois aquelas narrativas de que vamos aproveitar a crise para sobreviver a dias piores fazem lembrar um bocadinho certas conversas dos anos 30 que não queremos reviver. Acho que há aqui uma lógica que está a ser replicada e é suscetível de causar resultados inesperados. Devemos ter a preocupação de defender as moratórias ao maior número de empresas e famílias, procurando dar a capaci-

dade para ultrapassar uma crise que esperemos que tenha uma recuperação rápida. Têm todas as condições para ultrapassar isto. Acho que os bancos estiveram francamente bem e prestaram serviço público.

Tanto o Presidente da República como o primeiro-ministro disseram que agora era a vez dos bancos ajudarem a salvar a economia, em vez de ser ao contrário...

O que se calhar nos faz alguma estupefação são estas contribuições extraordinárias sobre o setor, que tendem a ser pagas pelos clientes e pelos trabalhadores do setor. É bom que se perceba isto. E não vejo a mesma preocupação sobre os setores que, por exemplo, beneficiam da crise. Há vários setores de atividade a quem esta crise provocou um aumento de negócio. Pensamos na indústria do turismo e da restauração como sendo as mais afetadas, e são – mais à frente os bancos sofrerão também de forma significativa –, mas estamos a esquecer-nos que há setores de atividade que beneficiam de forma extraordinária. Eu não vejo essa preocupação em procurar recolher uma

parte desses resultados extraordinários em benefício coletivo.

Até a Unidade Técnica de Apoio Orçamental, no último relatório, falou nisso. Ou seja, que esta contribuição extraordinária que está prevista no PEES [Programa de Estabilização Económica e Social] vai refletir-se nomeadamente no aumento das comissões que são cobradas aos clientes...

O resultado final ninguém sabe exatamente qual é. Mas o setor bancário europeu está sob um choque regulamentar tremendo que obrigou a que hoje cerca de 20% dos trabalhadores bancários estejam afetos a atividades de controlo. São atividades muito importantes mas não adicionam diretamente ao negócio e aos resultados de uma entidade. E portanto era como se um em cada seis trabalhadores estivesse preocupado com a porta, com o alarme, com essas coisas por muito importantes que sejam. São exigências de capital em crescendo e depois há empresas tecnológicas, cuja legislação liberaliza o acesso ao setor bancário a outros fornecedores que não têm esta lógica e não

continua na página seguinte >>



» continuação da página anterior

pagam impostos nem geram emprego. São acima de tudo startups que envolvem centenas de milhões de euros em busca de uma ideia. São acima de tudo *startups* que envolvem centenas de milhões de euros em busca de uma ideia. A maior parte não vingará. Esta concorrência baseada em *offshores* é absolutamente injusta. Mais uma vez estar a impor impostos parece-me um pouco fora de contexto. Existe um conjunto de empresas alegadamente maravilhosas e que iam facilitar muito os serviços financeiros em Portugal. E o certo é que nenhuma gerou emprego em Portugal. Esteve presente durante a pandemia, prestou moratórias, conseguiu créditos. Mas desapareceram todos.

Como vê a necessidade de uma nova injeção de capital no Novo Banco?

Essa também é uma questão boa para colocar ao Novo Banco e ao senhor ministro das Finanças. Sobre isso não temos informação adicional.

E em relação à ida de Mário Centeno para o Banco de Portugal. Concorde? Ou defende que deveria haver aquele período de nojo entre largar a pasta de ministro e ir para governador?

Ao professor Centeno protagonizou nos últimos anos um conjunto de ações inquestionáveis. E também nos últimos meses um conjunto de ações e resultados. Há aqui questões de ética e compatibilidade. Há uma dimensão técnica onde o professor Centeno tem, com certeza, méritos inquestionáveis. Mas também é alvo de algumas críticas. Há claramente aspetos que podem ter uma avaliação não totalmente positiva. Mas, por outro lado, tem imensos méritos. Ainda assim, esta via verde do ponto de vista técnico não está ainda feita. Depois há uma dimensão ética, mas que tem sido bem preparada. Deveria haver um concurso público, com ambições prévias e análises curriculares. Acho que era assim que se devia funcionar numa sociedade livre e justa. Haver um processo menos de escolha e mais de escrutínio público. Acho que ganharíamos todos.

Há economistas que defendem que se devia recorrer a uma solução como fez a Inglaterra, de ir buscar um governador até fora do país para ser talvez mais imparcial...

O professor Centeno é qualificado para o cargo? É com certeza. Haveria mui-

O presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários admite que uma em cada duas empresas que vemos nas nossas ruas – lojas abertas, restaurantes, cafés – mostram não ter condições para receber esta moratória legal, mas lembra que são elas que empregam trabalhadores

“Os créditos da moratória continuam a produzir juros e não vão causar perdas de capital”

“Causa alguma estupefação as contribuições extraordinárias, que tendem a ser pagas pelos clientes e pelos trabalhadores”

tas outras pessoas qualificadas? Claro que sim. Por isso, acho que deveríamos dar uma oportunidade. Para escolhermos um reitor de uma universidade, fazemos um concurso público, sujeitamo-nos a uma análise curricular, provas públicas e a um júri. Por isso não vejo razão para que um governador do Banco de Portugal não tenha o mesmo grau de competitividade e de experiência que exigimos, por exemplo, a um reitor de uma universidade. Não vejo porque é que devemos ser mais exigentes para um reitor e bastante menos para este caso.

E também há muitos calcanhares de Aquiles de Mário Centeno, porque foi ele quem geriu o sistema financeiro nos últimos anos e foi ele quem tomou uma série de decisões da banca...

Há quem diga que ele tem méritos inquestionáveis e um trabalho notável. Mas acho que era uma oportunidade ter sido feito um concurso público e internacional. Até poderíamos chegar ao mesmo nome, mas pelo menos, seria sujeito ao escrutínio público, da imprensa e do Estado. Um dos problemas da sociedade portuguesa é que o nível de abertura ainda deixa bastante a desejar.